

GABINETE DO VEREADOR FRANSUÁ

PROJETO DE LEI N. 111 /2022

ALTERA a Lei n. 2.306, de 4 de abril de 2018, que institui o Banco de Ideias Legislativas no município de Manaus.

Art. 1.º Fica acrescido o parágrafo único ao art. 3.º da Lei n. 2.306, de 4 de abril de 2018, que institui o Banco de Ideias Legislativas no município de Manaus, com a seguinte redação:

“Art. 3.º

Parágrafo único. Ficará disponível no sítio e nas redes sociais da Câmara Municipal de Manaus, de forma clara, acessível e visível, informações para o acesso ao Banco de Ideias legislativas.” (NR)

Art. 2.º Ficam alterados os incisos I e II do § 1.º do art. 4.º da Lei n. 2.306, de 4 de abril de 2018, passando a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 4.º

§ 1.º
I – conter a identificação do(s) autor(es), seus meios para contato, a especificação da sugestão, bem como sua justificativa;
II – serem efetuadas por meio do preenchimento de formulário eletrônico, disponibilizado permanentemente no sítio da Câmara Municipal de Manaus.” (NR)

Art. 3.º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Manaus, 12 de abril 2022.



VEREADOR FRANSUÁ

GABINETE DO VEREADOR FRANSUÁ

JUSTIFICATIVA

O Banco de Ideias Legislativas é uma ferramenta que cria um canal de comunicação entre o Poder Legislativo Municipal e a população da Cidade de Manaus, de modo que os cidadãos possam apresentar sugestões para a criação, modificação de leis municipais diretamente aos membros do Parlamento, através da internet.

No entanto, é necessário que a Lei que institui o Banco de Ideias Legislativas passe por reformas para melhor atender a população e avançar em conjunto com as tecnologias hodiernas.

Pelos motivos acima apresentados e por objetivar o interesse público geral, espero contar com o voto favorável dos nobres Pares à presente propositura.

Manaus, 12 de abril 2022.



VEREADOR FRANSUÁ

GABINETE DO VEREADOR FRANSUÁ

LEI Nº 2.306, DE 04 DE ABRIL DE 2018

INSTITUI o Banco de Ideias Legislativas no município de Manaus.

O PREFEITO DE MANAUS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 80, inc. IV, da Lei Orgânica do Município de Manaus,

FAÇO SABER que o Poder Legislativo decretou e eu sanciono a seguinte

LEI:

Art. 1.º Fica instituído o Banco de Ideias Legislativas no município de Manaus.

Art. 2.º Dos objetivos do Banco de Ideias Legislativas:

- I – promover a legislação participativa no âmbito do município de Manaus;
- II – aproximar a Câmara Municipal de Manaus da comunidade, permitindo que cidadãos, individualmente, apresentem sugestões ao Parlamento;
- III – integrar as entidades da sociedade civil às discussões sobre o ordenamento jurídico do Município.

Art. 3.º O Banco de Ideias Legislativas será atrelado ao Sistema de Informação do Poder Legislativo de Manaus.

Art. 4.º Qualquer interessado poderá cadastrar sugestões no Banco de Ideias Legislativas.

§ 1.º As sugestões referidas no caput deste artigo devem observar os seguintes requisitos:

- I – conter a identificação do(s) autor(es), seus meios para contato, bem como a especificação da sugestão;
- II – serem efetuadas por meio do preenchimento de formulário eletrônico, disponibilizado no site da Câmara Municipal de Manaus, podendo o formulário ser solicitado via e-mail.

§ 2.º Associações, sindicatos, ONGs, partidos políticos ou qualquer entidade da sociedade civil poderão se registrar como autores de sugestões.

§ 3.º Não serão aceitas sugestões sem a devida identificação do(s) autor(es).

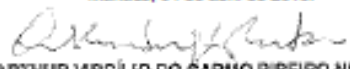
Art. 5.º As sugestões serão catalogadas de acordo com autor, tema e data de cadastro, e disponibilizadas para consulta permanente pelos vereadores no site eletrônico da Câmara Municipal de Manaus.

Art. 6.º A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Manaus, bem como as Comissões Permanentes ou os vereadores, individualmente, poderão se valer das sugestões catalogadas no Banco de Ideias Legislativas para elaborar e protocolar projetos de lei ordinária, projetos de lei complementar, projetos de emenda à Lei Orgânica, emendas, projetos de decreto legislativo ou projetos de resolução.

Parágrafo único. Caberá aos integrantes do Poder Legislativo avaliar a pertinência, viabilidade e importância das sugestões protocoladas no Banco de Ideias Legislativas, bem como o instrumento jurídico mais adequado, em caso de decidirem se valer destas.

Art. 7.º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Manaus, 04 de abril de 2018.


ARTHUR VIRGÍLIO DO CARMO RIBEIRO NETO
Prefeito de Manaus


ARTHUR VIRGÍLIO DO CARMO RIBEIRO BISNETO
Secretário Municipal Chefe da Casa Civil

(*) DECRETO Nº 4.044, DE 03 DE ABRIL DE 2018

DISPÕE sobre a doação de bem imóvel ao Fundo de Arrendamento Residencial – FAR, que indica e dá outras providências.

O PREFEITO DE MANAUS, no uso da competência que lhe confere o art. 128, inc. I, da Lei Orgânica do Município de Manaus,

CONSIDERANDO o que dispõe as alíneas 4ª e 7ª do inc. I do art. 17 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que regulamenta a alienação de bens da Administração Pública destinados ou efetivamente utilizados no âmbito de âmbito de programas habitacionais ou de regularização fundiária de interesse social;

CONSIDERANDO o que dispõe na Portaria nº 114, de 09 de fevereiro de 2018, do Ministério das Cidades, que dispõe sobre as condições gerais para a aquisição de imóveis com recursos advindos da integralização de cotas no Fundo de Arrendamento Residencial (FAR), no âmbito do Programa Nacional de Habitação Urbana (PNHU), integrante do Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV);

CONSIDERANDO o que dispõe a Lei Municipal nº 2.303, de 23 de março de 2018, que autoriza o Poder Executivo Municipal a alienar, por meio de doação, imóvel pertencente ao Patrimônio Público Municipal ao Fundo de Arrendamento Residencial (FAR), vinculado à Caixa Econômica Federal, para fins de implantação de projeto habitacional de interesse social, e dá outras providências;

CONSIDERANDO o que mais consta nos autos do Processo nº 2018/19309/19630/01149,

DECRETA:

Art. 1º Fica doada ao Fundo de Arrendamento Residencial – FAR, instituído pela Lei Federal nº 10.188 de 12 de fevereiro de 2001, administrado pela Caixa Econômica Federal, de acordo com o Projeto de Lei nº 031/2018, a área situada na Rua Paxiúba, lote 2-B, Bairro Santa Etelvina, com 57.094,00 m² e perímetro de 1.178,95 metros lineares, matriculada sob o nº 93.969, assentado no Cartório do 1º Ofício de Registro de Imóveis de Manaus, responsável pela gestão do FAR e pela operacionalização do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV).